

MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, MIGRAÇÕES E SEGREGAÇÃO URBANA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (SP)

Sergio Adas*

INTRODUÇÃO

A questão das contradições urbanas com base na concretude dinâmica que envolve a população de bairros periféricosⁱ, está sendo investigada através do trabalho conjunto de sociólogos e geógrafosⁱⁱ, buscando-se compreender o caso da cidade de Ribeirão Preto. Os principais objetivos da pesquisa são os seguintes: averiguar a correlação entre a segregação urbana e a expansão do meio técnico-científico-informacional seja no campo ou na cidade da região estudada; inserir, ouvir e dar voz aos moradores de bairros periféricos incluídos no universo da pesquisa; captar a imagem dos bairros no cotidiano dos seus habitantes; levantar dados que permitam a reconstituição da fisionomia dos bairros através de seus aspectos sociais, econômicos e culturais; analisar as relações dos moradores com o bairro e com a cidade; verificar em que medida as políticas sociais atendem as expectativas das populações envolvidas, procurando conhecer suas condições de existência e suas representações sobre o poder público da cidade; detectar os fatores de integração e/ou marginalização bairro/cidade; oferecer subsídios às políticas sociais da administração municipal.

Atualmente, a fragmentação do tecido urbano constitui característica marcante da urbanização da cidade em questão. Cada uma de suas frações, analisadas em suas especificidades, demonstram a necessidade de serem compreendidas, ao mesmo tempo, em suas relações com outras porções do mesmo espaço urbano (áreas residenciais centrais, condomínios fechados, bairros periféricos e áreas industriais). Não obstante, o interesse deste trabalho consiste em compreender a gestação de uma modalidade de bairro periférico presente na espacialidade da cidade, ou seja, a ocupação realizada por moradores sem-teto em uma área de preservação ambiental, antiga área do Horto Municipal da cidade de Ribeirão Preto, ocorrida em novembro de 1996.

Neste caso, a assertiva anterior também é válida e deve ser acompanhada de uma tentativa em explicitar as relações que esse espaço intra-urbano guarda com outros espaços mais distantes, no caso a expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e a economia global. Isso se explica uma vez que a análise específica do bairro pesquisado, hoje denominado Jardim Progresso, evidencia que grande parte dos moradores são provenientes do Vale do Jequitinhonha, possuidores de uma origem rural e que tiveram em algum momento de suas vidas passagem pelas atividades agropecuárias da região.

Diante do que até aqui foi exposto, para ensaiar uma compreensão de nosso problema inicial, ou seja, como explicar a gestação de um dos bairros periféricos da cidade, cuja origem remonta à ocupação de moradores sem-teto, será adotada como hipótese de trabalho a existência de uma correlação estreita entre a difusão de inovações tecnológicas no setor sucroalcooleiro, processo este que se acirra sobretudo a partir do início dos anos 90, o perfil das migrações no Estado de São Paulo no período compreendido entre 1980 e 1993, e, por último, a especulação imobiliária acompanhada pela produção da cidade corporativa e agravamento da segregação urbana na cidade de Ribeirão Preto.

A ocupação como recurso extremo: a luta pelo espaço e pela ética do habitar

Área invadida por 60 famílias em novembro de 1996, o Jardim Progresso hoje abriga 1.400 famílias, totalizando um contingente aproximado de 10.000 pessoas, sendo a maioria, segundo os depoimentos dos moradores e dados colhidos através da aplicação de questionários, migrantes provenientes sobretudo dos estados da Bahia, Maranhão, Alagoas, Minas Gerais, Goiás e Paraná. Existem também os provenientes de outros bairros de Ribeirão Preto (Vila Tibério, Vila Carvalho, Ipiranga, Adão do Carmo e Parque Ribeirão Preto), que procuraram o Horto frente à impossibilidade de pagarem aluguel. Não raro, habitaram mais de um bairro antes de chegarem ao último destino. Os migrantes vindos de outras cidades do Estado de São Paulo totalizam 21% das famílias entrevistadas. Os dados abaixo permitem afirmar que entre as 1.400 famílias, 1.316 famílias são procedentes de outras cidades, das quais 111,86 correspondem aquelas oriundas do Estado de Minas Gerais (8.5%), perfazendo aproximadamente 799 pessoas.

PROCEDÊNCIA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS – JARDIM PROGRESSO
6% das famílias já moravam em Ribeirão Preto (SP)

* Mestrando do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da UNESP – Campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: sergioadas@aol.com

94% das famílias vieram de outras cidades													
Sul (4%)	Sudeste (29.5%)			Norte/Nordeste (52.5%)							Centro-Oeste (8%)		
Pr	SP	MG	RJ	AM	BA	MA	PE	AL	RN	CE	GO	MS	TO
4%	21%	8.5%	-	-	29%	13%	2%	8.5%	-	-	4%	2%	2%

As razões da migração são sempre as mesmas: busca de trabalho, de melhores condições de vida, tratamento médico e fuga da seca. No caso em questão, sobressai a impossibilidade de pagar um aluguel frente a uma renda familiar raramente superior a três salários mínimos. O depoimento de um morador, abaixo transcrito, ilustra essa realidade:

“O motivo foi financeiro, não agüentava pagar aluguel. Pagava R\$250,00 em três cômodos, pior do que este que eu fiz aqui. Só tinha uma vantagem que tinha asfalto, água, a luz. Com o aluguel e a água e a luz, pagava uma base de R\$300,00 ,R\$320,00. Então quando eu voltei de São Paulo a renda caiu. Ou pagava aluguel direitinho, a água e a luz, e a despesa pela metade.. Se fizesse a compra por inteiro, tinha que alegar ou a água ou a luz. Então ficava entre a cruz e a espada, não tinha como. Eu acredito que vários deles que estão aqui foi na mesma situação (...).”

A ocupação do Horto, em novembro de 96, atraiu um grande contingente de pessoas que, sem ter onde morar, dirigiram-se à referida área, em busca de um teto.

O relato de um narrador sobre a leva de pessoas que chegavam ao Horto, naquele momento, expressa a realidade daqueles para quem a possibilidade de encontrar um local para morar, livre de aluguel, representava a concretização de um sonho: *“(...) vinha igual formiga quando vê açúcar; o povo endoïdou.”*

A vinda para o Horto foi marcada por uma série de dificuldades e o novo morador, quando não dispunha de uma reserva para a compra de um terreno ou compra da casa obrigava-se, logo de início, a contrair uma dívida que, na maioria das vezes, era saldada com sacrifício.

“Nossa! Como foi difícil! Passamos até necessidade das coisas dentro de casa para comprar alguma... porque não é casa, você mesmo está vendo aí como é que é, só para não ficar mesmo no térreo. E não sabia como ir embora também, se fosse para dizer ir embora, não sabia como ir embora...Tinha que ficar, ou na rua, ou na casa de amigos, ou onde fosse tinha que ficar até arrumar um dinheiro para ir embora. Foi quando surgiu isso aqui, aí o meu marido veio, fez aqui, fez um cômodo aqui, nós viemos para cá, sem porta, sem vidro, sem nada, nada, nada. Estamos aqui.”

Foi observada a existência de hortas, seja nos quintais atrás das casas ou na suas frentes. Variam em tamanho e diversidade de plantas conforme a área disponível. Talvez não fosse descabido afirmar a existência de uma relação entre a origem rural de certos moradores e a manutenção das hortas caseiras para o sustento das famílias. No contato pessoal com os entrevistados, ficou claro que, na maioria das vezes, é a mulher a responsável pelos cuidados das hortas.

Um dos aspectos constatado na pesquisa reside no fato de que a maioria da população do Jardim Progresso tem origem rural. O fato de serem obrigados a trabalharem na roça desde muito cedo (7, 9 anos) priva-os da possibilidade de freqüência à escola e, por vezes, do lazer próprio a essa faixa etária. Os depoimentos de dois moradores ilustram bem a questão:

“Não tive infância! Eu não tive infância! Eu comecei a trabalhar lá em Minas quando tinha 9 anos. Com nove anos eu fui trabalhar. Minha mãe tinha roça, a gente dependia da roça para comer e eu fui trabalhar. Minha mãe roçava, capinava, a gente ajudava a plantar, a gente ia plantar para colher por mês...aí a gente plantava, minha mãe plantava a gente ajudava a plantar, colhia. Eu nunca tive infância, eu nunca tive...brincar, eu nunca tive boneca. Minha boneca era uma enxada na roça. E eu ajudava a capinar”.

“Da Bahia. Dois anos. Faz dois anos e dois meses que eu estou aqui. Vim da Bahia. Perto de Feira de Santana. Capim Grosso. Lá a gente trabalhava na roça, era lavrando a roça. Plantava mandioca, feijão, milho. Tinha gente que morava aqui, veio para cá, eu já morei em São Paulo. Eu ia para lá e voltava para a Bahia algumas vezes. Aí depois eu vim prá aqui, aqui já tem dois anos que eu estou aqui. Em construtora.”

Outro aspecto a ser ressaltado e que possui importância para os objetivos deste estudo diz respeito ao fato de a maioria dos moradores manifestarem no relato de suas trajetórias pessoais de vida um grande número de deslocamentos, havendo morado em várias cidades segundo as vicissitudes de suas respectivas ocupações. Isso será analisado mais adiante neste trabalho quando mostraremos a existência de uma correlação entre as mudanças no mercado de trabalho paulista e a vinda de migrantes para a cidade de Ribeirão Preto, em virtude de uma não adequação aos requisitos de escolaridade na Região

Metropolitana de São Paulo. Achamos oportuno, mesmo assim, disponibilizar aqui dois depoimentos que referendam essa questão:

“Trabalhei em tudo. Nasci em Minas, em Malacacheta. Primeiro quando eu morei em Londrina, pois a minha família mora toda lá. Uns 20 anos. Depois eu separei da mulher e vim para São Paulo, no Brás, depois morei em Campinas, depois em Belo Horizonte, aí vim para Ribeirão. Morei em Cajuru, aí fui para o Rio de Janeiro, aí depois retornei outra vez para o Paraná, de Londrina eu fui para Uberlândia.

Eu era sozinho e trabalhava em firma construtora. Morei em Franca também, lá que eu arrumei essa mulher, tem 4 anos. Se der sorte comigo, agora nós não vai andar mais não. Vamos arrumar um lugar e quietar. E estou aqui até hoje. Está com três anos que eu estou aqui, arrumei o terreno, gostei. Então eu não quero sair daqui. Quero sair daqui, mas sair no caixão. (...) Em função da firma, e outro as vezes ela parava o serviço e eu ia embora procurar outro. Agora só tem um lugar que eu não quero voltar mais: Rio de Janeiro. Lá eu não gostei de jeito nenhum. Eu fiquei 2 anos. O RJ é lugar muito perigoso. É só.”

“Trabalhei na roça, de enxada...Plantava mandioca, milho, feijão, batata. Sou de Santa Bárbara. Os meus pais lavravam a terra também, plantava milho, feijão, mandioca. Já andei muito. De Maceió para Fortaleza, Rio Grande do Norte, Vitória do Espírito Santo, Paraná, Curitiba, Cubatão (Cosipa). Andei o mundo todo. Já bati muito... nesse mundo todo. Trabalhei muito, vivendo minha vida para ganhar o pão nosso de cada dia. Fui encarregado de pintura, de jato. Já fui tudo nessa vida. (...) Com a mangueira na mão, jateando, entrando e saindo do tanque. Trabalha até às onze horas, sai pega a fila, o rango, e entra outra vez, até terminar o serviço. Foi nas empresas MM, a Cetal, Sertep... Tecnomulti, Setal, Mendes Júnior... Bahia, Rio Grande do Norte, Fortaleza, Sergipe, Maceió, Vitória do Espírito Santo, Santo André, Cubatão, Paraná, Curitiba. Aqui eu trabalhei na Celpav, Icem.”

Várias são as questões que perpassam a reconstrução do histórico do bairro nesses quatro anos de luta dos moradores para verem atendidas suas reivindicações para a regularização da área e para dotar o bairro de infra-estrutura. Importa esclarecer que no dia 20/06/00 a Procuradoria do Município envia ao Juiz de Direito documento onde alegou que a Lei Complementar nº 618, de 04 de dezembro de 1996, que destinava a área para fins de construção de um Parque Ecológico da cidade havia sido revogada pela Lei Complementar nº 1028, de 07 de junho de 2000, cujo conteúdo, em síntese, determinou que a área ocupada pelas famílias já não era área de proteção ambiental, ao contrário sendo agora destinada à implantação de núcleo habitacional (Atos Legislativos do Diário Oficial em 16/06/00).ⁱⁱⁱ

Meio técnico-científico-informacional e a Região de Ribeirão Preto

O município de Ribeirão Preto, localizado no noroeste paulista (310 Km da capital do estado), constitui um importante pólo econômico regional, caracterizando-se pela atratividade exercida sob outros municípios circunvizinhos, fato este proporcionado, em grande parte, pelo considerável desenvolvimento de seu setor terciário. Atualmente, a região congrega as seguintes sub-regiões: Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, São Joaquim da Barra, Barretos, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos. A Região Administrativa do município compreende 80 municípios que participam destas sub-regiões, abrangendo uma área de 36.000 Km².

No que diz respeito à industrialização da região, cabe salientar a predominância de atividades relacionadas ao setor agropecuário. Esse fato explica-se em parte por intermédio dos fatores externos (condicionamentos históricos e políticas estaduais e federais) que condicionaram o desenvolvimento da região, a vocação histórica e a inserção da economia regional na dinâmica econômico-financeira mundial que condicionaram o prevailecimento da agropecuária como principal fator de desenvolvimento regional. Dados de 1993, indicam que a região possuía 29 usinas de açúcar e 17 destilarias, sendo responsável pela produção de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. Movimentando cerca de US\$ 2,4 bilhões naquele período, estas usinas empregavam 70 mil trabalhadores, sendo que 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sul da Bahia. Do total da produção de açúcar, 2,62 milhões de sacas foram exportadas.^{iv}

Desde a década de 1970, vem ocorrendo a expansão dos complexos agroindustriais na Região de Ribeirão Preto, processo este que exemplifica a crescente composição técnica de seu território. É possível afirmar que a multiplicação de inúmeras cidades na região tiveram na especialização da agropecuária o seu principal fator responsável, ocorrendo no início do período a instalação da maior parte dos serviços modernos nos núcleos urbanos mais antigos (Araraquara, Franca, São Carlos e Ribeirão Preto). De igual monta foi a receptividade desses aglomerados urbanos à maior parte dos migrantes que se dirigiram à região. Em meados da década de 1970, com a instalação do Proálcool, a requisição de mão-de-obra aumentou em virtude das usinas de álcool e açúcar não conseguirem operar apenas com trabalhadores locais, havendo um aumento paralelo das migrações de outros estados para a região.

Todavia, nos anos 90 assiste-se na região e, em particular, no entorno mais próximo da cidade de Ribeirão Preto, o acentuamento da exclusão social com conseqüências na sua estrutura urbana, da qual

ressalta-se o aguçamento da periferização de sua população, resultando num processo intenso de parcelamento do solo que se fez acompanhar por litígios fundiários entre moradores sem-teto, o Executivo e Judiciário da cidade que empresta o nome à região. Como explicar, pois, esses fatos aparentemente dispersos e desconectados? Conforme já assinalamos, para se desvendar as verdadeiras razões que explicam o intenso processo de espraiamento da cidade, onde é notória o crescimento dos bairros periféricos de população pobre, convém assumir a hipótese de que este processo assenta-se na admissão da correlação expressa pelo trinômio que compreende a difusão de inovações tecnológicas no setor sucroalcooleiro, o perfil das migrações no Estado de São Paulo e a segregação urbana.

Nos últimos anos, vários estudiosos, sobretudo no campo geográfico e econômico, vêm apontando o interior do Estado de São Paulo como uma das áreas do país que mais cresce relativamente à sua metrópole. SANTOS (1994:55), por exemplo, chama de *involução metropolitana* esse processo e assim o define:

“(...) Nos dias atuais, as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, ao passo que é nas grandes cidades que se acumulam a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de ‘involução metropolitana’ (...)”

Da mesma forma, para CANO (1988:129), o interior de São Paulo vem apresentando ritmos de crescimento maiores do que aqueles apresentados pela Região Metropolitana, transformando-se na segunda concentração industrial do país.

Em outros termos, pode-se dizer que a difusão de um *meio técnico-científico-informacional*^N por todo o Estado de São Paulo proporcionou para algumas cidades médias, e não somente as grandes, a viabilidade para se tornarem centros econômicos dinâmicos. As análises identificam que sobretudo a partir da década de 1970, o Estado paulista foi alvo de um intenso processo de modernização, apresentando já na década de 1980 um dos maiores crescimentos econômicos do país, o qual não se restringiu tão somente à sua região metropolitana, mas espraiando-se também em seu interior.

Importa salientar, ademais, que uma das principais conseqüências advindas do conjunto de transformações resultantes desse processo foi um intenso processo de urbanização e de crescimento urbano, nas diversas regiões interioranas do Estado. Consentindo com a afirmação de que quanto maior a cidade, maiores e mais visíveis se tornam os problemas, sobretudo em países portadores de desigualdades sociais gritantes, é possível afirmar que os efeitos dessa urbanização mostram-se mais acentuados no caso da cidade de Ribeirão Preto que, seguindo o padrão caótico de urbanização das demais áreas do país, teve ampliada sua área construída com efeitos perversos nas suas áreas periféricas.

ELIAS (1996:223), geógrafa que realizou o que talvez seja até o momento o estudo mais completo e atualizado sobre a região em questão, procurando demonstrar como operou-se na região a construção e organização do espaço através da sua desigual composição orgânica, com grandes reflexos na organização interna das cidades, assim referenda a questão:

“(...) a urbanização da sociedade e do território da região respondeu às necessidades de unificação do mercado e do território, atendendo aos anseios de acumulação e concentração as grandes empresas, que passaram a comandar a organização do território regional. (...) Dado o grande montante de capital necessário para dotar o território de fluidez para as grandes empresas, principalmente as associadas ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais da cana e da laranja, a urbanização se deu de forma corporativa, uma vez que os recursos para a construção dos fixos foram aplicados privilegiando os interesses econômicos dessas mesmas empresas, em detrimento dos interesses sociais. (...) Os recursos necessários à expansão dos sistemas de engenharia foram garantidos a partir da aliança com o Estado nos seus diferentes níveis, do municipal ao federal, que atuou de forma intensa, direta e indiretamente na organização do espaço da região

Isso significa dizer que concomitantemente ao crescimento econômico inquestionável que foi registrado entre as décadas de 1970 e 1990, existiram conseqüências socioespaciais que estão longe de poderem ser consideradas desprezíveis, resultando na diminuição dos padrões de vida da grande maioria da população. Esse prognóstico também é válido não somente para a cidade de Ribeirão Preto, como também para todas as cidades da região, com notável visibilidade nas maiores, como é o caso de Araraquara, São Carlos e Franca. Não obstante, pelo fato de ser a área de maior atratividade da região, exercendo uma liderança inquestionável na oferta de produtos e serviços modernos, é na cidade de Ribeirão Preto onde se constata o acirramento de graves problemas urbanos, nitidamente consoantes com aqueles que costumam caracterizar as cidades do Terceiro Mundo.

O aumento acelerado da população urbana e do tamanho das cidades da região fez com que um montante cada vez maior dos recursos financeiros e técnicos fossem necessários para equipar o território,

dotando-o de fluidez. Entrementes, focalizando mais especificamente o caso da cidade de Ribeirão Preto, os contrastes são notórios no que tange à distribuição dos equipamentos urbanos e sociais, assim como das atividades e dos grupos sociais pelo seu território. O que explicaria essa dissonância entre a grande monta de investimentos dirigidos à região e a precariedade crescente de suas infra-estruturas urbanas, sobretudo aqueles que deixam de atingir as populações de mais baixa renda?

Seguindo as interpretações de ELIAS (1996:230), como a maior parte dos recursos se destina(ou) a satisfazer as necessidades das firmas hegemônicas e das classes mais abastadas, o meio-técnico-científico-informacional não teria se difundido de forma eqüitativa em toda a cidade, acarretando diferenças acirradas quanto à dotação dos sistemas de engenharia dos transportes, das comunicações, da eletrificação e dos serviços sociais básicos. Isso implica em dizer que, também na Região de Ribeirão Preto, “a composição técnica e orgânica do território não é a mesma em todos os lugares, reproduzindo-se a acumulação de vantagens no centro da cidade e desvantagens na periferia”.

Assim, na Região de Ribeirão Preto como um todo, mas principalmente na cidade que lhe empresta o nome, nas cidades intermediárias e nas grandes cidades locais, o esquema centro-periferia tem se reproduzido com velocidade, tornando cada vez maior o tamanho dessas cidades.

DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO E PERFIL DOS MIGRANTES NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

O interior paulista e os fluxos migratórios

JANNUZZI (2000:32), em seu estudo sobre as migrações e mobilidade social no mercado de trabalho paulista, analisando o período de 1980 a 1993, afirma que nesse período as regiões de base econômica mais desenvolvida, de maior dinamismo econômico, industrial ou agroindustrial, e/ou de maior expansão de empregos continuaram apresentando uma forte intensidade migratória. Durante a década de 1980, as hinterlândias de Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto e Bauru consolidaram-se como pólos de grande dinamismo migratório e abriram o caminho para a emergência de outros centros regionais como Presidente Prudente e Araçatuba. Com relação à dinâmica migratória no interior paulista é digno de nota ainda a ocorrência de certa recuperação populacional e intensificação da migração nos municípios de pequeno porte no Estado e o crescimento mais acelerado das periferias dos centros regionais.

O mesmo autor referenciado, efetuando uma análise dos dados captados pela PRAD ao longo do período e das etapas migratórias, chama a atenção para o fato de que um volume crescente de migrantes deixou suas localidades de origem dirigindo-se, sobretudo, para áreas urbanas de municípios de porte intermediário (entre 100 e 500 mil habitantes) no Estado. Para JANNUZZI (2000:94):

“(...) Entre 1980 e 1993, a parcela de migrantes residentes nessas localidades passou de 22% para 43% do conjunto (...) O mercado de trabalho urbano, de cidades de maior porte do Estado, constitui-se, pois, no palco privilegiado da inserção e mobilidade ocupacional do migrante captado pela PRAD no período. (...) Entre aqueles que saíram de municípios do interior, a maior parte acabou se deslocando dentro ou se dirigindo para localidades na região de influência dos municípios mais industrializados do interior paulista (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto etc). Assim, cerca de 76% dos migrantes captados na pesquisa se dirigiu para – ou se deslocou dentro – dos centros urbanos de médio-grande e grande porte do Estado, de estrutura ocupacional mais complexa e mais sujeitos às oscilações conjunturais da economia brasileira do período.”

Em consonância com os objetivos do trabalho ora apresentado, cabe destacar que, seguindo JANNUZZI (2000:95), a elevada intensidade migratória no interior paulista no primeiro quinquênio dos anos 80 (65% dos primeiros deslocamentos até 1986) talvez possa ser atribuída, em grande parte, pelo dinamismo das atividades econômicas em diversas microrregiões do Estado. Esse dinamismo seria o responsável não apenas pela migração no interior do Estado, como também teria proporcionado uma intensificação dos fluxos interestaduais de curta distância, proveniente dos Estados limítrofes como Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. Esse desenvolvimento na economia do interior paulista poderia ser atribuído tanto à desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, em virtude da maturação dos investimentos feitos na década anterior, como pelo desempenho da agroindústria (produção do álcool e do suco de laranja) e da expansão das culturas de soja, trigo e outras atividades não-agrícolas no campo.

Há que se considerar, contudo, que diante da difusão de inovações tecnológicas e de novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais no setor agroindustrial, processos estes vinculados à expansão do meio técnico-científico-informacional na região analisada, pequenos produtores foram assolados pelo arrendamento das terras pelas usinas, perdendo suas terras, como também um contingente significativo de trabalhadores antes empregados no setor passaram a residir nas cidades da região. Hoje verifica-se que muitos trabalhadores urbanos já passaram pela área rural, sendo notório nos bairros de periferia e no *circuito inferior da economia*^{vi} da cidade de Ribeirão Preto a presença de migrantes, principalmente camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), que constituem ademais a maior parte dos contingentes dos migrantes sazonais da região.

Importa no momento averiguar mais detidamente de que maneira os processos de expropriação de trabalhadores rurais, seja no próprio interior do Estado de São Paulo (trabalhadores volantes) como num ponto relativamente distante do território nacional (camponeses do Vale do Jequitinhonha), oferecem subsídios para, correlacionados com as considerações acerca das qualidades que acompanharam a expansão do meio técnico-científico-informacional na região, permitirem uma aproximação mais esclarecedora sobre a intensificação da segregação urbana na cidade de Ribeirão Preto e a reprodução do esquema centro-periferia em sua estrutura urbana.

Volantes e migrantes

ROSSINI (1988:148-149) indica que, no ano de 1980, os trabalhadores volantes representavam 26,5% de toda a população agrícola então ativa. Na região, esse era o maior índice de volantes sobre a PEA agrícola consideradas todas as demais regiões do Estado de São Paulo. A título de exemplo, os municípios de Jaborandi e Guariba, que vivem quase exclusivamente em função da produção da cana, apresentavam os índices de 66% e 58% de trabalhadores agrícolas não rurais sob o total de trabalhadores agrícolas, também no ano de 1980.

O trabalhador volante, que é agrícola mas não é rural, é, dessa modo, uma das principais características da nova divisão social e territorial do trabalho agrícola da Região de Ribeirão Preto, assim como um dos elementos da sua urbanização. Tal fato fortalece a afirmação de que, sob os auspícios do Período Técnico-Científico, é esta mesma região uma das que mais rapidamente proletarizou o trabalhador agrícola, transformando-o em residente urbano. Processos subseqüentes de urbanização e crescimento urbano na região, que aliás se destaca pela abertura que apresenta frente aos processos de modernização em diferentes momentos de sua história, respeitadas as devidas particularidades e complexidades, também se fizeram sentir quando esta região, no final do século XIX, foi pioneira na inovação das relações de produção para a produção cafeeira, ocasião onde ocorreu a substituição do trabalho escravo, até então predominante na atividade agrícola, pelo uso de mão-de-obra de imigrantes, principalmente italianos.

Todavia, não é possível considerar somente o processo de êxodo rural como o grande responsável pela reorganização da estrutura demográfica da região, cujo resultado mais notável foi a aceleração do seu processo de crescimento urbano. Outro fator de fundamental importância foi o grande número de migrantes^{vii} que para ela se dirigiu. A organização dos complexos agroindustriais promoveu uma grande diversificação das atividades conferindo um grande impulso à economia da região, desenvolvendo um número significativo de atividades em todos os setores da economia. A divisão cada vez maior do trabalho influenciou de forma determinante o comportamento da dinâmica populacional. Sobretudo desde a instituição do Proálcool, vultosos recursos financeiros e técnicos foram investidos na região, acarretando o aumento do número de empregos, dotando a região de um forte poder de atração de migrantes. JANNUZZI (2000:109), mais uma vez, oferece esclarecimentos sobre a questão:

“Em 1980, em função do peso do contingente de migrantes provenientes de outros Estados e do próprio interior paulista, a agropecuária constituía-se em um dos principais setores de ocupação dos migrantes, concentrando 19% do conjunto de migrantes ocupados naquele momento. A indústria também reunia boa parte dos migrantes então ocupados (26% ao todo, lotados nos setores mais dinâmicos ou nos mais tradicionais), fato que se explica pela importância da migração intrametropolitana (...).”

Convém frisar, contudo, que num primeiro momento da modernização da atividade agrícola regional, as migrações eram fundamentalmente do campo para a cidade, realizadas sobretudo por trabalhadores agrícolas expulsos do campo. Entretanto, num momento subsequente, as migrações passaram a ser urbanas-urbanas com o aprofundamento da divisão do trabalho agrícola e agroindustrial.

A divisão do trabalho no setor agropecuário apresenta ainda muitas outras complexidades. Uma delas é que, até mesmo entre os trabalhadores assalariados temporários, podemos distinguir os que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e têm domicílio urbano, daqueles que provêm da pequena produção tradicional a procura de rendas complementares. Nesse último caso, destacam-se os pequenos produtores oriundos do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, uma das áreas mais pobres do país, que migram para a Região de Ribeirão Preto na época da colheita da cana. (p. 186)

Convém ressaltar que, para SILVA (1999:18):

“(...) muito embora o processo de acumulação primitiva tenha variações quanto à forma, no que tange os camponeses do Vale do Jequitinhonha e aos do ‘lugar’ (isto é, aos paulistas) quanto ao conteúdo ele provocou os mesmos efeitos: trabalhadores nus, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto trabalhadores possuidores de direito.”

Importa, assim, procurar contextualizar as razões que explicam a vinda desses migrantes para a região para, posteriormente, melhor compreender sua parcela de contribuição na formação do bairro estudado na periferia de Ribeirão Preto, o Jardim Progresso. E, mais importante, refletir sobre o significado que poderia revestir a ocupação da área estudada, representando a imersão de suas vidas e expectativas na luta para alcançar, através das reivindicações em prol da regularização dos lotes e das melhorias da infraestrutura, os direitos que lhes foram negados – sobretudo o da habitação –, ao longo de trajetórias de vida marcadas pelo esfacelamento de suas referências rurais. A contextualização aludida remete necessariamente à análise, embora sucinta, do processo de acumulação primitiva responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras no Vale do Jequitinhonha.

Vale do Jequitinhonha

Já é fato bastante conhecido que o Vale do Jequitinhonha apresenta uma das mais graves situações de misérias do país. Suas terras constituem a região de chapadas, ou seja, terras altas com a predominância dos cerrados. Situado na parte nordeste do Estado de Minas Gerais, apresenta duas regiões diferenciadas: o Alto Jequitinhonha, que compreende essas terras altas e o cerrado, e o Médio Jequitinhonha, onde predominam as terras baixas e as savanas. Com altos índices de desnutrição e doenças endêmicas, especialmente as infecto-parasitárias (tais como esquistossomose e doença de chagas), em 1990 apenas 30% da população da região, que somava aproximadamente 1.402 mil habitantes, era abastecida com água (dados da Codevale). Quanto aos domicílios, a quantidade de rústicos ultrapassava 19% do total existente. Em 1988, a relação pacientes/leitões chegava a 477 e a de habitantes/médicos a 4.554 pessoas.^{viii}

A análise do processo de acumulação primitiva responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras no Vale do Jequitinhonha foi realizada de forma detalhada pela socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, em sua tese de livre-docência intitulada *Errantes do fim do século*. As considerações que seguem procuram extrair os pontos mais significativos desse estudo, remetendo-os para os objetivos desta investigação.

Primeiramente, talvez o fator de maior relevância para a compreensão do processo de desapropriação de terras dos camponeses na região do Vale do Jequitinhonha assenta-se na lei de 1966 que definiu a área dos distritos florestais. Tal procedimento, por sua vez, segundo a análise aqui adotada, negligenciou toda uma história passada de ocupação da terra, além do modo de vida destas populações e da história natural. Relações específicas com a terra e dos homens entre si foram determinadas a desaparecer diante dos projetos modernizantes que assolaram a região a partir da década de 1970. Em menos de duas décadas a partir desse período, a expansão capitalista promoveu uma intensa desarticulação do modo de vida secular de parte considerável da população da região, onde sobressaía o direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum. A isso se contrapôs as invasões das terras nas veredas pelos empreendedores, forjaram-se documentos questionáveis e informações falsas nos registros fundiários e foram destruídos marcos naturais que separavam as posses. Não menos importante, a história da natureza sucumbiu, diante do fogo nas chapadas, das grandes máquinas de terraplanagem e das

motosserras, como também nascentes de água foram igualmente destruídas diante da substituição dos sertões antigos pelos sertões dos eucaliptos das grandes empresas.

As palavras de SILVA (1999:45-46), imbuídas da percepção e linguagem próprias aos sociólogos, oferecem a verdadeira dimensão desse processo de expropriação dos camponeses de suas terras e de seus impactos corolários:

“Neste processo avassalador, nem mesmo os mortos foram poupados. Muitos cemitérios desapareceram sob o nivelamento do solo feito pelas máquinas (...).”

(...) Tudo leva a crer que o cenário foi assim montado. No alto, nas chapadas, a presença das empresas reflorestadoras se fazia representar pelas grandes máquinas, tratores e pelo fogo, destruidor das chapadas. Esse cenário amedrontou os camponeses das partes baixas, das veredas e grotas. A linguagem comum era de que, ao governo, pertenciam todas aquelas terras e que ele tomaria tudo. Fica claro aí o caráter da violência explícita e o monopólio da violência exercida pelo Estado. O medo de ficar sem as terras fez que os camponeses ‘as vendessem’, a qualquer preço, aos compradores paulistas, aos estranhos, recém-chegados. Esses estranhos eram portadores de uma nova linguagem. Eram dotados de um novo saber representado pelo poder do dinheiro. Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo que representavam uma ameaça, eram também a salvação, pois eles ‘comprando’ suas terras, evitariam que estas fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado. Aos poucos, foram se transformando em figuras abstratas, cognominadas de ‘paulistas’, capazes de tudo porque eram representadas pelo dinheiro, igualmente figura abstrata, estranha ao modo de vida assentado nos valores de uso. No palco, tudo assumia, aos olhos dos camponeses, o caráter fantástico, alimentado pelos rumores, ameaças. Quando o fogo foi destruindo as chapadas, seguido pela ação das grandes máquinas, os paulistas transformaram-se em seres reais, completos, compradores de terras (...).”

E quais foram as conseqüências desse mundo que passou a estar imerso e definido segundo a racionalidade capitalista das grandes empresas estatais e privadas? Aquela que possui maior significado para a nossa abordagem consiste na substituição do tempo cíclico de que fala a autora, marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho, em tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. A noção de tempo, após essa desarticulação do modo de vida e da posse da terra desses camponeses, consiste em defini-lo enquanto tempo da migração forçada. No caso, especialmente a temporária, que irá satisfazer às exigências, nas décadas de 1970 e 1980, dos complexos agroindustriais paulistas, onde se sobressaem aqueles localizados na Região de Ribeirão Preto. Mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase nove meses ao ano, a vida daqueles que foram desterritorializados, material e simbolicamente, passa a ser definida pela presença-ausência, existências híbridas comportando dois espaços-tempos (SILVA, 1999:58).

Segregação e subcidadania urbana na cidade de Ribeirão Preto

As considerações realizadas nas duas primeiras partes desse estudo permitem agora adentrar e focalizar o problema da segregação e da subcidadania urbana na cidade de Ribeirão Preto. Nele está incluída a luta dos moradores sem-teto pela posse da terra urbana, angariando-se novas roupagens para a interpretação da questão, afastando-se assim daquelas que orientam e fundamentam a apatia reinante dos preconceitos e da discriminação, nutridos pelos consumidores dos “espaços regulares” ou da “cidade luminosa” (SANTOS, 1996:261) frente aos mais recentes protagonistas da história e da geografia da cidade.

Mostra-se oportuno, deste modo, chamar a atenção para uma distinção simples, mas valiosa, oriunda da tradição de sociologia empírica norte-americana e reiterada por CASTELLS (1978:204), que diferencia a “segregação ecológica” da “segregação involuntária”. A primeira deve ser compreendida enquanto sendo a concentração de pessoas que reúnem características semelhantes entre si dentro de uma mesma área residencial. Embora não sendo idênticas, pode-se dizer que a primeira dessas noções possui algo de análogo com aquela desenvolvida por CALDEIRA (1997) que aponta o fato de se reproduzirem nas cidades a criação dos “enclaves fortificados”, que servem de local de residência para as classes mais altas em busca de melhor qualidade de vida e que apresentam-se dotados de todos os serviços básicos e infra-estrutura. A proliferação dos condomínios fechados de casas, na cidade de Ribeirão Preto, talvez seja de longe o aspecto mais visível de sua espacialidade urbana, apenas não ultrapassando a nitidez da expansão de seus “espaços opacos” (SANTOS, 1994b:79), visibilidade esta percebida como constrangedora para os mais abastados.

Estes últimos, por sua vez, não parecem compreender que, ao contrário da segregação por eles escolhida, aqueles que produzem as crescentes paisagens urbanas que lhes ferem os olhos não a realizam voluntariamente, mas sim porque alijados a uma situação existencial, efeito da exclusão social e econômica, que não lhes permite senão nutrir um espaço de lutas para fazer frente à segregação involuntária na qual, enquanto indivíduos e famílias, se vêem obrigados a conviver. Por intermédio das mais variadas forças, como é o caso da expropriação que sofreram no Vale do Jequitinhonha (aliás

exemplo paradigmático escolhido neste trabalho e que teria seus pares numa infinidade de outras (des)territorialidades que se processam no país), ou dos condicionantes nefastos da reestruturação produtiva ocorrida no mercado de trabalho da agroindústria sucroalcooleira na Região de Ribeirão Preto. VILHAÇA (1998:148) chama a atenção para o caráter de luta da segregação:

“(...) Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros (...)”

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é, assim, o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua, assim, como um mecanismo de exclusão. Uma vez que uma aplicação maior de capital e tecnologia determina a valorização de certas áreas em detrimento de outras, ocorrendo a distribuição das áreas residenciais segundo níveis de renda. Tudo isso vez com que as classes mais pobres, pressionadas pelas classes altas e médias e pelo processo de especulação imobiliária, acabassem se localizando em áreas cada vez mais distantes do centro, onde a infra-estrutura e os serviços sociais muitas vezes inexistem.

Dessa forma, os mais recentes movimentos urbanos na cidade de Ribeirão Preto, adotando a irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade na ocupação do solo urbano deveriam antes ser compreendidos como sendo a resposta daqueles que foram expropriados do mercado de trabalho, fazendo face ao ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Opõem-se ao que KOWARICK (2000:54) designa como “processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de *subcidadania urbana*.” Importa lembrar que a violência no cotidiano de nossas cidades está muito presente, não obstante revestindo-se de diversas formas, não somente naquelas evidenciadas pelas ações policiais, mas também pelo desemprego e pelas formas espoliativas de moradia onde, compulsoriamente e cada vez de maneira mais acentuada, para um maior número de trabalhadores reserva-se a impossibilidade de pagar dignamente o aluguel. Permanecendo na condição de subcidadania KOWARICK, 2000:107) porque sem direito à cidade, filhos de um processo espoliativo resultante de uma somatória de extorsões, os sem-teto do Jardim Progresso lutaram para fortalecer o “lento e oscilante processo de institucionalização de direitos”, como forma de promover a extensão da cidadania de seu grupo, protagonistas de uma história comum. Através da percepção coletiva que passou a considerar legítima a reivindicação pelo e direito à uma gleba do solo urbano, partindo-se da convicção de sua sua negação constituía *injustiça, indignidade, carência ou imoralidade*, foram importantes para o amadurecimento das leis da cidade e para o enriquecimento de sua história.

Conforme oportunamente coloca LOPES (1997:27), a ocupação urbana, diante da impossibilidade social concreta para trabalhadores com baixa escolaridade de conseguir um emprego, imersos na cultura da provisoriabilidade das condições de vida para a qual são repetidamente confinados pela sociedade “(...) *transforma-se na alternativa derradeira para trabalhadores sem teto imaginarem-se sujeitos instituintes, capazes de gerirem sua própria vida no espaço da moradia e, quem sabe, finalmente se inserirem na vida social*”, muito embora encontrando-se numa situação de extremo assujeitamento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, conforme pudemos observar durante a reconstrução de um breve histórico do bairro dos sem-teto, a verdadeira motivação para a realização da invasão por parte dos moradores não foi o desejo de romper com o direito, valendo-se de atitude negligente. Para os ocupantes, em realidade trabalhadores migrantes de outros Estados ou mesmo aqueles que já há algum tempo estavam radicados na Região de Ribeirão Preto e mesmo na cidade que lhe empresta o nome, o problema de não ter onde morar, ao menos no momento inicial da ocupação, transcendia a questão de agir legal ou ilegalmente, reduzindo-a a um aspecto secundário. Longe de ser uma contestação dirigida ao sistema, contra a ordem jurídica a fim de destruí-la, o ímpeto inerente aos moradores para se promover a ocupação traduzia muito mais as aspirações de brasileiros lutando pelo direito de propriedade (ou pelo menos da posse) de uma casa, desejosos para integrar-se numa sociedade que os excluía e exclui reiteradamente, cujas experiências profissionais e existenciais não fizeram senão intensificar suas carências frente a efetividade das leis em suas vidas.

Com o aprofundamento da capitalização da produção agropecuária e com a chegada até hoje incessante de migrantes do campo e de outras cidades, não apenas na região, mas de todo Estado de São Paulo, e até mesmo de outros estados, a cidade de Ribeirão Preto hoje já se apresenta bastante expandida e

dispersa, com uma segregação forte das classes sociais em seu território. Segregação esta que se amplia quanto mais se expande o meio técnico-científico-informacional, seja no campo ou na cidade.

Nossas considerações se dirigiram no sentido de apontar a existência de um foco de resistência daqueles que foram desterritorializados pela corrente redistribuição da urbanização no país, processo este que acarretou mudanças recentes na dinâmica das migrações no Estado de São Paulo. Concomitantemente à contaminação do capitalismo no campo, sob a égide do período técnico-científico-informacional, onde foram estabelecidas novas relações territoriais na região analisada, prevalecendo as *verticalidades* sobre as *horizontalidades*^{ix} e o interesse econômico sobre o social, os moradores sem-teto do bairro pesquisado fazem frente à racionalidade excludente do sistema de ações e investimentos públicos de infra-estrutura direcionados segundo os interesses exógenos ao lugar e, dessa forma, negligente frente às necessidades básicas da maioria da população.

Tal processo, por sua vez, demonstra que a região de Ribeirão Preto, e para o que nos interessa de forma mais específica, a cidade que se constitui o pólo econômico e financeiro desta, acirradas as relações capitalistas de produção com a expansão das culturas destinadas às agroindústrias, deve sua urbanização desordenada também ao processo de atração de migrantes provenientes de áreas menos permeáveis ao novo e que, diante disso, permanecem mais resistentes à modernização científico-técnica do território. Além disso, a ocupação de áreas como a do Horto Municipal da cidade, na qual se encerra o conflito ambiental/desigualdade social é consequência da formação de uma cidade corporativa resultante do desenvolvimento dirigido por interesses exógenos à região. De igual importância é o entendimento de que a ocupação dos sem-teto, colaboradora para o espraiamento e intensificação dos litígios fundiários urbanos na cidade de Ribeirão Preto, consistem na tradução mais fiel de processos de açambarcamento de terras pelos gananciosos projetos econômicos em outras partes do território nacional, levado à cabo por empreendedores cegos e um Estado conivente com a desapropriação de grande contingente de camponeses.

O marco dos questionamentos até aqui realizados consiste em constatar que a cidade de Ribeirão Preto, enquanto cidade média-grande do interior paulista, passa a sofrer, no âmbito da atual redistribuição da urbanização no país, efeitos perversos em sua espacialidade urbana tal como aqueles que cingiram a conformação do processo de urbanização na capital paulista a partir da década de 1970.^x

Cabe perguntar: guardadas as devidas proporções, não estaria a cidade de Ribeirão Preto enveredando para uma situação semelhante ao caso da cidade de São Paulo? Os anos próximos não deixarão dúvidas a esse respeito. Evitando enveredar em previsões, preferimos indagar sobre como conferir um conteúdo social à redistribuição da urbanização no país e, mais especificamente, aquela que se processa na Região de Ribeirão Preto, levando-se em consideração a sua realidade socioespacial, econômica, jurídica e política, esta última não só englobando as esferas institucionalizadas do poder mas, também e sobretudo, os campos de atuação dos movimentos populares surgidos nos espaços de solidariedade de suas periferias, fruto daqueles que não se contentam passivamente diante da segregação involuntária que lhes foi outorgada pela sociedade injusta na qual tentam inseminar a sua luta pela cidadania e a inclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ADAS, Melhem & ADAS, Sergio (1998). Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais. São Paulo, Moderna.
- BONDUKI, Nabil & KOWARICK, Lúcio (1988). Espaço urbano e espaço político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (organizador). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 133 a 167.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 47, São Paulo (p. 155 a 176).
- CANO, Wilson (1988). Perspectivas do desenvolvimento econômico do interior paulista. In: Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo. São Paulo, Editora da UNESP.
- _____. (1995). Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 123 a 132.
- CASTELLS, Manuel (1978). La cuestión urbana. Ciudad de Mexico, Siglo Veintiuno Editores S/A.
- ELIAS, Denise (1996). Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo, Tese de Doutorado, Deptº de Geografia da USP.
- ELIAS, Denise (1998). Fim de século e urbanização no Brasil. In: Ciência Geográfica, ano IV, nº 11.
- GUIMARÃES JÚNIOR, João Lopes (1999). Direito X Urbanismo: a aplicação da lei sobre parcelamento do solo urbano e os aspectos sociais, políticos e econômicos relacionados ao urbanismo e ao déficit habitacional. In: FREITAS, José Carlos de (coordenador). Temas de direito urbanístico. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado: Ministério Público do Estado de São Paulo, p. 105 a 121.

JANNUZZI, Paulo de Martino (2000). Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas, Autores Associados.

KOWARICK, Lúcio (2000). Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34.

LOPES, Doraci Alves (1997). Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana. Tese de Doutorado, Deptº de Sociologia/FFLCH-USP, São Paulo.

MACHADO, Antônio Alberto (1999). Ministério Público, urbanismo e democracia. In: FREITAS, José Carlos de (coordenador). Temas de direito urbanístico. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado: Ministério Público do Estado de São Paulo, p. 125 a 136.

MARICATO, Ermínia (1996). Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec.

ROSSINI, Rosa Ester (1988). Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. Livre Docência, Deptº de Geografia/FFLCH-USP.

SANTOS, Milton (1979). Pobreza urbana. São Paulo, Hucitec.

_____ (1994a). Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo, Hucitec/Educ.

_____ (1994b). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec.

_____ (1996). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes (1999). Errantes do fim do século. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

VILLAÇA, Flávio (1998). Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute.

Notas

¹ A utilização da noção de periferia, neste trabalho, é realizada no sentido que possui para Milton Santos (1990:36), ou seja, enquanto “ausência de acessibilidade e dotação de bens e serviços que mesmo a distância física do centro. O tamanho da cidade, a especulação fundiária, os vazios urbanos, as carências de serviços e a pobreza urbana agem uns sobre os outros, multiplicando a problemática urbana”.

¹ O presente estudo é resultante dos esforços de uma equipe de pesquisadores empenhados no projeto de pesquisa na área de Políticas Públicas com auxílio FAPESP, intitulado *Bairros periféricos: integração ou marginalidade?*, sob a coordenação da Profª Drª Maria Esther Fernandes (socióloga), e que além do apresentador deste trabalho conta com a participação das pesquisadoras Maria Cristina M. Valenciano e Mariza Salomão V. de O. Campos. Sua realização ocorre no Departamento de Ciências Humanas e Serviço Social da UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto).

¹ Quanto ao aspecto ambiental do caso em questão, surge uma terceira ordem de considerações a respeito do processual jurídico concernente às ocupações realizadas a partir de novembro de 1996 no Horto. Ao longo das negociações, é notória a atuação da Promotoria do Meio Ambiente requisitando dos poderes públicos (Executivo) uma solução para o impasse, exigindo gleba compensatória para a área ocupada. O desenrolar dos fatos parece ter seguido os moldes de uma outra experiência ocorrida na Comarca de São Bernardo do Campo, no ano de 1992, através da atuação do Ministério Público que ajuizou ação civil pública, caso este aliás considerado paradigmático na história dessa instituição judiciária. No caso em questão, visando estancar a ocupação irregular de gleba situada em região de proteção a manancial, segundo GUIMARÃES JÚNIOR (1999:112):

“Foi concedida medida liminar determinando a ‘paralisação imediata das atividades de parcelamento’. Apesar das proibições advindas da Lei Federal nº 6.766/79, da Lei de Proteção aos Mananciais, das leis municipais e da expressa determinação judicial, a ocupação prosseguiu em ritmo acelerado. Um ano depois de ajuizada a ação, constatou-se que 90% da área já estavam ocupados. Com a ocupação consolidada, sobreveio um problema social em confronto aos problemas urbanístico e ambiental: o que fazer com as centenas de moradores que já haviam edificado suas casas no local?”

O caso do Horto não foge ao exemplo acima aludido, uma vez que de maneira semelhante, ao longo de todas as negociações a população não fez senão aumentar durante o largo tempo transcorrido desde o início da ocupação em novembro de 1996 até julho de 2.000. Em consonância com o caso de São Bernardo do Campo, também no Horto a morosidade das decisões, aguçou o problema social, fazendo que o mesmo suplantasse as exigências pautadas seja nas leis urbanísticas ou nas prerrogativas ambientais da cidade. Mesmo com a crescente saída de pessoas da ocupação, constatada durante o primeiro semestre de 2.000, sobretudo de moradores nordestinos, os depoimentos apontam que suas casas eram vendidas para outros ingressantes recém-chegados. Portanto, em nenhum momento ocorreu uma diminuição do fluxo populacional para a área.

¹ Folha de São Paulo, Folha Nordeste, 2.5.1993, p. 10. Dados citados por SILVA (1999:15).

¹ Para SANTOS (1994b:123), “nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do

Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.”

¹ “O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços não modernos.” (SANTOS, 1979:39)

¹ Até 1996, o número total de favelados da cidade se aproximava das 8 mil pessoas, segundo dados da Secretaria do Bem-Estar Social (ELIAS, 1996:237), que afirma também que a população residente em favelas cresceu, no período compreendido entre 1991 e 1996, 35%, enquanto a população da cidade aumentou 15%. Para essa secretaria, 95% dos moradores das favelas constituíam principalmente, migrantes que vieram em busca de melhores condições de vida, sendo que apenas 5% eram trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, devidamente registrados e com qualificação profissional, que não estavam conseguindo pagar os altos preços dos aluguéis residenciais. Através de informações colhidas no CETREM (Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante), em 1997 foram atendidos 6.964 migrantes; em 1998, 9.681; em 1999, 9.662; e até junho de 2000, 3.763. Os dados apontam que a passagem ou estabelecimento de migrantes na cidade de Ribeirão Preto constitui uma variável importante para a compreensão de seu crescimento urbano.

¹ *Folha de São Paulo*, Caderno Especial Fome, 19/12/93.

¹ “(...) *Horizontalidades e verticalidades* se criam paralelamente. As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância (...)” (SANTOS, 1994b:54).

¹ Para BONDUKI & KOWARICK (1988:160-161), analisando o caso específico da cidade de São Paulo:

“As invasões/ocupações organizadas de terra surgem a partir de 1981, marcando um novo quadro da situação habitacional em São Paulo no qual para os trabalhadores de baixa remuneração é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no longo e desgastante processo de auto-construção. Ao mesmo tempo que a ‘opção periférica’ fica mais distante, o desemprego e a queda do salário real impossibilitam o dispêndio mensal com o aluguel, levando milhares de pessoas a terem que encontrar uma solução habitacional que não implicasse em qualquer custo monetário. As favelas, ocupações espontâneas de terra, que já vinham crescendo significativamente em São Paulo desde meados da década de 70, tornam-se insuficientes para abrigar uma grande massa de trabalhadores sem outra opção de moradia. É neste quadro que as invasões/ocupações organizadas de terra ganham grande impulso, revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior (...)”
